

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 43/XV/ 1.ª SL

Aos oito dias do mês de março de 2023, pelas 12 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 41, de 3 de março de 2023;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**

[Projeto de Lei n.º 588/XV/1.ª \(BE\)](#) - Redução da idade de acesso à pensão de velhice dos motoristas de veículos pesados;

Relatora: Deputada Ana Isabel Santos (PS)

[Proposta de Lei n.º 57/XV/1.ª \(ALRAM\)](#) - Pela representação das Regiões Autónomas nas estruturas que regulam as qualificações, as certificações das entidades formadoras e das aprendizagens – terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 36/2012, de 15 de fevereiro;

Relatora: Deputada Marta Freitas (PS)

4. **Deliberação sobre a admissibilidade das seguintes petições:**

[Petição n.º 110/XV/1.ª](#) - Revisão de Escalões Abono de Família, da iniciativa de Ricardo Manuel Nunes dos Santos (1 assinatura);

[Petição n.º 111/XV/1.ª](#) - Pausas de 5 minutos por cada hora de trabalho, da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão (10 assinaturas);

[Petição n.º 112/XV/1.ª](#) - Pela regulamentação da profissão de Call-Center, da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão (28 assinaturas);

5. **Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição urgente da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre o estado dos órgãos sociais e das contas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;**
6. **Outros assuntos.**

- Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição, com carácter de urgência, da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre o licenciamento e a fiscalização dos lares e a criação de opções à institucionalização.

Aberta a [reunião](#), a Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou as Senhoras e os Senhores Deputados, entrando-se de seguida na apreciação da Ordem do Dia:

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 43/XV/ 1.ª SL

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 41, de 3 de março de 2023;

A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade, na ausência do GP do CH, do GP da IL e do GP do PCP.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

A Senhora Presidente anunciou a baixa à Comissão do [Projeto de Lei n.º 616/XV/1.ª \(CH\)](#) — Altera o Código do Trabalho, aumenta a informação disponível aos trabalhadores por conta de outrem nos recibos de vencimento, informando que cabia ao GP do PSD indicar Deputado Relator. O GP do PSD comprometeu-se a fazer essa indicação posteriormente.

A Senhora Presidente anunciou, igualmente, a baixa à Comissão, em conexão, do [Projeto de Lei n.º 595/XV/1.ª \(IL\)](#) — Transfere a sede da Fundação INATEL para a região do Algarve, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 106/2008, de 25 de junho, dando nota de que a Comissão competente era a Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local.

Seguiu-se o anúncio da baixa à Comissão dos seguintes projetos de resolução:

- [Projeto de Resolução n.º 510/XV/1.ª \(PSD\)](#) — A abrangência territorial para a aferição de vagas da gratuidade das creches seja feita ao nível de freguesia, em relação ao qual se informou que já estava agendada a discussão em Plenário; e o

- [Projeto de Resolução n.º 513/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Aumento intercalar das reformas e pensões no ano de 2023, tendo o GP do PCP indicado, mais tarde, que pretendia ver a iniciativa discutida em Plenário.

3. Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

[Projeto de Lei n.º 588/XV/1.ª \(BE\)](#) - Redução da idade de acesso à pensão de velhice dos motoristas de veículos pesados;

A Relatora, Deputada Ana Isabel Santos (PS), apresentou o seu [parecer](#) sobre o projeto de lei acima indicado, referindo a respetiva data de entrada e de admissão e abordando aspetos como o objeto e as motivações. Referiu as iniciativas legislativas e a petição que, com objeto idêntico ou conexo ao projeto de lei, se encontravam pendentes na



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 43/XV/ 1.ª SL

atual Legislatura e cuja discussão na generalidade estava agendada para a sessão plenária do dia 10 de março. Concluiu afirmando que se encontravam reunidos os requisitos constitucionais e regimentais necessários à apreciação do projeto de lei pelo Plenário. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CH e do GP do PCP.

[Proposta de Lei n.º 57/XV/1.ª \(ALRAM\)](#) - Pela representação das Regiões Autónomas nas estruturas que regulam as qualificações, as certificações das entidades formadoras e das aprendizagens – terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 36/2012, de 15 de fevereiro;

A Senhora Deputada Marta Freitas (PS), na qualidade de relatora, apresentou o [parecer](#) sobre a proposta de lei *supra* mencionada, começando por referir, de forma breve, o percurso da iniciativa desde a aprovação pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira até à entrada na Assembleia da República. Prosseguiu, dando nota do objeto da proposta de lei e remetendo o respetivo enquadramento legal para a informação constante na nota técnica. Informou que, da consulta à base de dados da Atividade Parlamentar, não se tinha apurado a existência de iniciativas legislativas pendentes sobre a matéria visada pela proposta de lei. Declarou que reservaria a sua opinião para o debate em plenário, afirmando que estavam reunidos os requisitos necessários à apreciação da iniciativa nessa sede, não sem antes apontar a proposta de melhoria da redação da norma do objeto, feita pelos Serviços na nota técnica.

Pedi a palavra para uma intervenção a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), que começou por agradecer à relatora a elaboração do parecer, referindo, depois, a ideia de que a autonomia das regiões autónomas se construía diariamente e que aquela iniciativa legislativa se inseria nesse propósito. Tentando evidenciar a pertinência da proposta de lei, salientou a importância da formação profissional para o país e alertou para a necessidade de se atender às especificidades das regiões autónomas nesse contexto, defendendo, assim, o objeto da iniciativa, de ver representadas as regiões autónomas nas estruturas que regulam as qualificações e as certificações das entidades formadoras e das aprendizagens. Terminou deixando a sua expectativa de que a proposta de lei fosse aprovada por unanimidade.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CH e do GP do PCP.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 43/XV/ 1.ª SL

4. Deliberação sobre a admissibilidade das seguintes petições:

[Petição n.º 110/XV/1.ª](#) - Revisão de Escalões Abono de Família, da iniciativa de Ricardo Manuel Nunes dos Santos (1 assinatura);

[Petição n.º 111/XV/1.ª](#) - Pausas de 5 minutos por cada hora de trabalho, da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão (10 assinaturas);

[Petição n.º 112/XV/1.ª](#) - Pela regulamentação da profissão de Call-Center, da iniciativa de Nídia Fernandes Campeão (28 assinaturas);

As petições acima identificadas foram admitidas por unanimidade, na ausência do GP do CH e do GP do PCP, tendo sido aprovadas as respetivas notas de admissibilidade, o que determina a conclusão do processo de apreciação, nos termos do n.º 13 do artigo 17.º da Lei de Exercício do Direito de Petição (Lei n.º 43/90, de 10 de agosto).

5. Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição urgente da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre o estado dos órgãos sociais e das contas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;

O Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) apresentou o [requerimento](#), recordando que, no dia anterior, na audição regimental da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o tema já tinha sido abordado, e salientando a sua importância face ao papel da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e à necessidade de esclarecer os trabalhadores, os utentes e suas famílias, os fornecedores e todos aqueles com ligação à instituição. Disse que foram dirigidas questões à Senhora Ministra para as quais não foram obtidas respostas claras e objetivas, pelo que a audição se mostrava pertinente, desde logo para perceber se a mudança dos órgãos de direção se ficava a dever apenas ao fim do mandato ou a uma mudança de gestão.

O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) anunciou que o GP do PS iria acompanhar o requerimento apresentado pelo GP do PSD, observando, sem prejuízo, que a atual equipa de direção estaria a concluir o seu mandato, estando a sua substituição a ser preparada pelo Governo, e que as contas relativas ao ano de 2021 se encontravam a ser analisadas pelos Serviços do Ministério competente, nos termos do procedimento habitual.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 43/XV/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Carla Castro (IL) manifestou a sua concordância com a posição expressa pelo GP do PSD, enfatizando a importância da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e saudou o GP do PS por acompanhar o requerimento apresentado.

No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CH e do GP do PCP.

6. Outros assuntos.

- Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição, com carácter de urgência, da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre o licenciamento e a fiscalização dos lares e a criação de opções à institucionalização.

O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) informou que o respetivo GP iria apresentar, para efeito de apreciação na reunião seguinte, um requerimento com objeto idêntico ao requerimento apresentado pelo GP da IL, assim solicitando que a presente discussão fosse adiada para essa reunião e pudesse ocorrer uma apreciação conjunta dos requerimentos, pedido que mereceu a concordância dos presentes.

Ainda no ponto reservado a outros assuntos, a Senhora Presidente aludiu à audição conjunta do Senhor Ministro da Educação, João Costa, e da Senhora Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, sobre a concretização do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de março, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva. A audição, a ocorrer em reunião conjunta com a Comissão de Educação e Ciência (8.ª CEC), mereceu por parte dessa Comissão uma proposta de grelha de tempos. O Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) apresentou duas sugestões de alteração à grelha de tempos, que colheram a aprovação dos presentes, ficando acordado que seriam remetidas à 8.ª CEC, para apreciação.

A reunião foi encerrada pelas 12 horas e 34 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de março de 2023.

A PRESIDENTE

(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 43/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Sérgio Monte (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Emília Cerqueira (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Carla Castro (IL)
Isabel Pires (BE)
Ana Isabel Santos (PS)
Francisco César (PS)
Sara Madruga da Costa (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Clara Marques Mendes (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Roque (PSD)
Jorge Galveias (CH)